

# **A instabilidade Política na Primeira República Brasileira**

The instability during the First Brazilian Republic

*Bernardo Goytacazes de Araújo*(Núcleo de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos – UFJF  
– Juiz de fora - MG)  
[bernardogoyara@hotmail.com](mailto:bernardogoyara@hotmail.com)

*Orientador: Prof. Dr. Ricardo Vélez Rodriguez (UFJF)*

**Resumo:** Este trabalho nos prove algumas linhas de entendimento sobre a instabilidade da Primeira República, no Brasil. Diferentes forças agiram para resolver o problema: mesmo que não sejamos mais um reino, não sabemos como lidar com a República, sem seus problemas. Apesar do exército ter iniciado o processo republicano, o grupo dos positivistas, do sul do Brasil, e o grupo dos Republicanos, do Sudeste, organizaram outra forma de entender e pensar como o Brasil poderia ser uma república, com o mesmo território, com diferentes forças econômicas (como a indústria) e um importante acordo para a governabilidade do país. Para finalizar este processo, em 1930, Getúlio Vargas torna-se um novo líder e aglutina as forças em torno de si. Agora, ele é o Estado e o chefe em poder. Começamos o populismo no Brasil.

**Palavras Chave:** Instabilidade; Positivismo; Liberalismo; República; Castilhismo.

**Abstract:** This paper provides some guide lines to understand the instability during the first Republic, in Brazil. Different forces acted to solve the problem: although we are not a kingdom anymore, we do not know how to deal with the republic, without its troubles. However, the Brazilian army started the Republic process, the positivism group, from the south of Brazil, and the Republic group, from the Southeast, organized another way to understand and to think how Brazil could be a republic, with the same territory, with some different economic powers (such as the industry) and an important agreement for the governability of the country. To finish this part of the process, in 1930, Getúlio Vargas became as the new lider and agglutinated the forces around him. Now, he is the State and the chef in power. We start the populism, in Brazil.

**Key words:** Instability; Positivism; Liberalism; Republic; Castilhism.

## **1 . Considerações iniciais**

Diversas foram as insatisfações que culminaram em um processo de mudanças no, Brasil, em 1889. Dois elementos são marcantes no “descuido” da monarquia quanto ao exército: 1) propõe-se que o exército só chegou a ser um componente básico na gama de poderes, no final do II Reinado, já que só tomou corpo e foi revigorado, com a Guerra do Paraguai, levando o Brasil e a tríplice aliança à “vitória”<sup>1</sup>. 2) propõe-se que este “descuido”

---

<sup>1</sup> “(...) os velhos guerreiros andavam escondidos, temerosos desse conceito (todos evitavam confirmar a sua participação no conflito). Essa era uma imagem real, afinal o exército brasileiro, vitorioso de uma guerra desesperada, não fora impedido sobre todas as formas de fazer um desfile de vitória no Rio de Janeiro? O

Revista *Estudos Filosóficos* nº 3 /2009 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967

<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>

DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG

Pág. 129 – 141

do império não aconteceu. “*O exército percebeu com antecipação a manobra e formalmente abortou a tentativa, aproveitando a oportunidade para eliminar o perigo para sempre: extinguindo o Império, criando assim uma outra equação de poder.*”<sup>2</sup> Houve também a propaganda republicana, fazendo com que o Exército pensasse que o Império tramava a sua extinção, provocando assim uma grande reação, como proposta de um novo resultado. Este cenário de insatisfações gerais fez com que a monarquia brasileira passasse, como outros reis e monarcas<sup>3</sup> europeus, pelo exílio e seu banimento.

Muitas das reivindicações feitas pelos republicanos, contra a monarquia, tinham como fundamento: a falta de apoio ao desenvolvimento rural, principalmente, aos cafeicultores do Oeste Paulista, que desejavam maior poder político, já que possuíam poder econômico; a classe média brasileira que crescia e ansiava por uma maior participação nas decisões políticas do Brasil, além das insatisfações do exército com a monarquia, ainda mais, pós-guerra do Paraguai.

Após 67 anos, a monarquia chegava ao fim, dando início ao período republicano sobre a tutela do Mal. Deodoro da Fonseca, assumindo provisoriamente o posto de presidente da República. É o primeiro momento importante, na construção, do processo democrático brasileiro que será repleto de conturbações.

## **2. A proclamação da República e o governo de Deodoro**

A passagem do Império para a República foi um novo elemento que muitos não perceberam. O processo de proclamação não teve a participação de populares e as incertezas sobre como manter os meios de manutenção da república foram constantes. Os vários grupos que disputavam o poder tinham interesses diversos e divergiam quanto à concepção e organização da forma de governar a República.

---

próprio imperador não os chamava, para quem quisesse ouvir de ‘assassinos legais’? (...)”TREVISAN, Leonardo. O que todo cidadão precisa saber sobre instituição militar e Estado brasileiro. São Paulo: Global, 1987.p.31 e 32.

<sup>2</sup> Idem. p. 29

<sup>3</sup> VIANA, M<sup>a</sup> L, Citoyens, Camaradas e Companheiros. [www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/Citoyens.pdf](http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/Citoyens.pdf)

As principais lideranças regionais, como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul defendiam a idéia de fundamentarmos nossa República em forma federativa, assegurando alto grau de autonomia aos Estados que compusessem essa federação.

Entretanto, esses mesmos grupos iriam distinguir quanto à forma de governar e de tomar os rumos do país. Os membros do Partido Republicano Paulista, bem como os políticos mineiros, defendiam o modelo liberal. “*A base da república seria constituída de cidadãos, representados na direção do Estado por um presidente eleito e pelo Congresso.*”<sup>4</sup> Já os que defendiam o positivismo, eram os gaúchos, sobre forte influência de Júlio de Castilhos. Sendo assim, o Rio Grande do Sul ficou como a principal região de influência do positivismo, e por lá a tradição militar era muito forte.

## **2.1. Influências na da República incipiente - A teoria dos positivistas**

No final do século XIX dois movimentos de importância são citados como formadores de certa direção nos rumos do Brasil: a fundação do Partido Republicano e o desenvolvimento das correntes positivistas. Os partidários Republicanos, apesar dos ideários novos, eram beneficiados, de alguma maneira, desde o império.<sup>5</sup> Desta forma, ainda havia uma correlação entre os partidários e a coroa, afinidade essa que não havia entre a coroa e os militares.

O conflito que se deu, pós-proclamação da república, entre militares e Partido Republicano confirma a tese de que havia uma certa reserva dos militares com os partidários republicanos.

A questão do positivismo estava ligada ao caráter doutrinário, o apelo ao rigor científico e a matematização. Seus seguidores eram vistos como pensadores e não como membros de ação. O que ocorre com o positivismo, aqui no Brasil - diferentemente de Portugal que irá trilhar um rumo com a teoria de Stuart Mill, o abandono da religião da humanidade e as indisposições com o governo representativo – será a prática autoritária e

---

<sup>4</sup> FAUSTO, Boris. História do Brasil. 6ª Ed. São Paulo. EDUSP. p.245

<sup>5</sup> “As chances de subir politicamente eram reais também aos republicanos, desde que sobre o manto protetor do regime (no caso o império. TREVISAN, Leonardo. O que todo cidadão precisa saber sobre instituição militar e Estado brasileiro. São Paulo: Global, 1987. p.32 e 33.

que mais tarde se caracterizaria pela prática de autoritarismos doutrinários, sendo o mais importante deles, o castilhismo.

Para Júlio de Castilhos, como para todos os pensadores positivistas, a falência da sociedade liberal consistia em basear-se nas transações empíricas, fruto exclusivo da procura dos interesses materiais. (...) O líder gaúcho propunha ao Congresso constituinte a instauração de um regime moralizador, baseado não na preservação de sórdidos interesses materiais, mas fundado nas virtudes republicanas. Ao ver que suas idéias não tiveram efeito no plano nacional, decidiu encarnar a sua idéia no governo do Rio Grande do Sul.<sup>6</sup>

Havia a busca pelo progresso, desde que a ordem prevalecesse, fazendo com que houvesse uma tolerância quanto a Ditadura Republicana na preservação da figura de D. Pedro II.<sup>7</sup> Tudo isso se daria, pois a questão não estava na pessoa em que ocuparia este cargo, mas na forma como este seria governado.

Na década de 1870, este apelo ganha força dentro do corpo de oficiais do exército – grupo representado pelo Mal. Floriano Peixoto. Há um forte elemento agregado a todas as visões que circulavam pelo corpo de oficiais, pois ninguém aceitaria colocar a instituição em risco. Com isso, a doutrina positivista teve um papel fundamental, pois a grande maioria de oficiais, mesmo tendo estudado, ou não, as grandes bases da doutrina, se diziam positivistas.

## **2.2. A concepção Militar**

Dentro desta influência militar, a idéia republicana no exército apresentava duas correntes: 1) o grupo de Benjamin Constant, positivista, interessado na implantação de uma ditadura republicana capaz de garantir a ordem material, a quebra do monopólio da Igreja e do Estado sobre a educação, a religião e a ciência. 2) o grupo de militares que considerava a República necessária para a salvação do exército.

Existiam diferenças pessoais e de concepções entre os partidários de Deodoro e os de Floriano. Em torno do velho

---

<sup>6</sup> RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. Castilhismo, uma Filosofia da República. BSB Ed do Senado. p. 103

<sup>7</sup> Idem. p. 33

marechal reuniam-se os chamados tarimbeiros – veteranos da Guerra do Paraguai. Muitos desses militares não haviam freqüentado a escola Militar e se distanciavam das idéias positivistas. Eles derrubaram o Império para salvar a honra do Exército e não possuíam uma visão elaborada da República. (...) Embora Floriano não fosse positivista e também tivesse participado da Guerra do Paraguai, os oficiais que se reuniam a sua volta eram jovens que haviam freqüentado a Escola Militar e recebido uma forte influência do positivismo. Concebiam sua inserção na sociedade como soldados-cidadãos, com um sentido de dar um rumo ao país. A república deveria ter ordem e também progresso. (...) Apesar da profunda rivalidade existente entre os grupos no interior do Exército, eles se aproximavam em um ponto fundamental (...) eram porta vozes de uma instituição – o Exército – que era parte do aparelho do Estado.(...) Os oficiais do exército, positivistas ou não posicionavam-se como adversários do liberalismo.<sup>8</sup>

Sendo assim, os mentores da república fundamentaram suas ações com as fileiras do exército que organizaram suas atitudes alvejando um golpe certo, que faria o Brasil escrever uma nova etapa em suas fileiras históricas. Entre os dias 4 e 11 de novembro de 1889 vários militares entre eles Benjamin Constant, convenceram o Mal Deodoro à causa republicana. Para eles a República deveria ser dotada de um poder executivo forte, ou passar por uma fase ditatorial. A autonomia das províncias era vista com cautela, pois além de favorecer os interesses dos grandes proprietários de terra, poderiam incorrer no risco de fragmentação do país.

Há um apoio, por parte daqueles que tomaram voz pela república, para que seu controle pudesse se manter nas mãos de uma pessoa. Há um visível apoio a concentração de poder e de forças. *“E nós agora fazemos os mais ardentes votos a fim de que todo o poder político nas mãos de um só homem de Estado e diretamente responsável pelo país. (...) Para termos uma república estável, feliz e próspera é necessário que o governo seja ditatorial e não parlamentar.”*<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Idem. P 246.

<sup>9</sup> Imprensa Nacional, 1915 p.216 – Pronunciamento do Sr. Capitão Tenente Nelson de Almeida, em nome da Marinha do Brasil.

A participação popular no golpe foi ínfima, já que estes não estavam a par do que estava ocorrendo. Aristides Lobo, em sua famosa carta nos conta: “*Por hora, a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração de elemento civil foi quase nula. O povo assistiu aquilo bestializado, atônito e surpreso, sem conhecer o que significava.*” Por isso foi muito pequena a resistência encontrada pelos republicanos à proclamação feita em 15 de Novembro de 1889, na Praça da Aclimação.

Após a saída da família imperial do Brasil, inúmeras prisões foram decretadas, e alguns integrantes do antigo governo monárquico e personalidades influentes do meio foram também exilados. Os meios de informação, em especial a imprensa, ligados à monarquia também foram calados. Com a abolição da Câmara, do Senado e do Conselho de Estado, implanta-se no Brasil a ditadura das Espadas.

Na constituição do primeiro governo, Deodoro o faz de maneira bastante eclética já que positivistas, republicanos históricos e liberais estivessem juntos em uma mesma forma de governabilidade.

### **2.3. A influência dos Liberais na constituição**

Os partidários da República liberal apressaram-se em garantir a convocação de uma Assembléia Constituinte, temerosos do prolongamento de uma semiditadura sob o comando pessoal de Deodoro. Apesar de todo este caldeirão ideológico, a Constituição, a primeira da república, fora promulgada em 24 de Fevereiro de 1891. Deodoro, então, foi confirmado como chefe de governo, constituindo um governo pessoal.

No império havia o poder moderador que controlava as ações do imperador, já na república, pela forma como Rui Barbosa havia proposto, copiando a declaração dos Estados Unidos, esta terceira via de controle e de ação, que poderia limitar os ditames de uma tirania, ou de uma ditadura pessoal, não ocorreram carecendo a República deste parâmetro, que por muitos anos mostrou-se necessário.

A primeira constituição Republicana foi inspirada na Constituição dos EUA, consagrando assim a República Federativa Liberal. “*A chave de autonomia dos Estados, estava no artigo 65, parágrafo 2º da Constituição. Aí se diz caber aos Estados poderes e*

*direitos que não lhes fossem negados por dispositivos do texto constitucional. Os Estados ficaram autorizados a exercer atribuições diversas como as de contrair empréstimos no exterior e organizar as forças públicas estaduais.”<sup>10</sup>*

Entretanto, toda esta força dos Estados não se comparava a um ultrafederalismo. Essa idéia era defendida pelos positivistas gaúchos que concordavam com a idéia da União ter menos poderes de ação que os Estados. O esfacelamento do poder central era um grande risco, que nem militares nem paulistas estavam dispostos a ver. A União ficou com a organização das forças nacionais e, com o direito inequívoco, de intervir no Estado caso necessário, a fim de restabelecer a ordem, garantindo a forma federativa. E por fim, a constituição<sup>11</sup> instalou no Brasil a tripartição de poder.

Com a volta do Parlamento reacendeu-se um princípio de conflito, em que veremos uma luta entre os dois poderes: executivo e legislativo. Não tolerando mais esta divisão de poder, Deodoro resolve dissolver a casa parlamentar em 3 de novembro de 1891. Entretanto essa prerrogativa não lhe era disposta. Ou seja, sem ainda ter completado um ano de sua existência a República fica sem a sua principal casa de representação e de debate, perdendo o rumo de um caminho, que a posteriori, mostrar-se-ia bastante tortuoso. A revisão que Deodoro prometeu ao fechar o Congresso seria no sentido de fortalecer o poder executivo e a União, além de uma comedida autonomia dos Estados, sem correr os riscos de um esfacelamento da unidade nacional.

Ao perceber que toda esta forma de governo levaria a um caos civil, com a eminência de uma guerra, Deodoro renuncia e quem assume em seu lugar é outro Marechal, Floriano Peixoto. Não convocando eleições, como seria proposto, Floriano governa o Brasil como vice. Ao passar dos meses, alguns militares de outras forças resolvem fazer um manifesto, cobrando de Floriano o cumprimento da Constituição, afim de que se convocassem novas eleições, com o intuito de recompor um governo para a República. Floriano, simplesmente, demite a esses militares, e os reforma, lançando com isso, as bases para a grande instabilidade e falta de apoio que seu governo teve.

---

<sup>10</sup> FAUSTO, Boris. História do Brasil. 6ª Ed. São Paulo. EDUSP. p.248.

<sup>11</sup> A constituinte de 1891 visa repor tudo em seus devidos lugares. A referencia feita às forças armadas fazem das mesmas um elemento institucional nacional permanente, ou seja, sem sofrer ameaças de extinção. TREVISAN, Leonardo. O que todo cidadão precisa saber sobre instituição militar e Estado brasileiro.

Revista *Estudos Filosóficos* nº 3 /2009 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967

<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>

DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG

Pág. 129 – 141

A repudia a Floriano fora tão intensa, que esse não tinha condições de manter-se no poder. Fato que é comprovado pela não eleição de um sucessor. Quem vence as eleições de 1894 foi Prudente de Moraes, líder consagrado da causa republicana.

O resumo da república das espadas foi o governo Deodoro marcado pelo nepotismo o que acabou levando à sua renúncia e sua substituição pelo vice-presidente Floriano Peixoto cuja principal tarefa foi sufocar as revoltas nos Estados reforçando o poder presidencial. A pacificação do país e a falta de articulação impediram a continuação dos militares no poder. Sendo assim, o Partido republicano Paulista indica o sucessor de Floriano Peixoto, o paulista Prudente de Moraes.

### **3. Os civis e a República Velha**

É com Prudente de Moraes que de fato se iniciará uma tentativa de organização da República com o fim da Revolta da Armada e com os movimentos liberais no Rio Grande do Sul. Outro momento marcante no governo de Prudente de Moraes será a herança de Canudos.<sup>12</sup>

Tentando aniquilar a oposição feita a seu governo, Prudente manda prender parlamentares que se opunham ao regime, iniciando assim, a prática autoritária. Ou seja, apesar de se manter a bandeira constitucional, institucionalizou-se um regime que subjugava o Congresso à vontade do presidente. Além disso, há uma forte influência das lideranças regionais. Com os atos de Prudente, os próximos governantes terão como princípio, sufocar os movimentos feitos pelo parlamento, já que a justificativa apresentada foi a não escolha do modelo parlamentarista e sim do modelo presidencialista.

Mantendo a mesma linha de controle nas mãos de um só governante, Campos Sales, presidente que substituiu Prudente, fez o reconhecimento de mandato com os parlamentares. Para manter o controle de toda a situação e assegurar a maioria no Congresso seriam “degolados” os parlamentares, que provenientes de algum distrito que deveria ser do governo, não merecessem a confiança do mesmo. Isso significaria que as oposições nos estados, sem resistências municipais, haveria de ser esmagada pelo grande

---

<sup>12</sup> 1893 a 1897 – guerra que durou quase todo o mandato de Prudente.

acórdão do governo central, que formara a invencível coligação do Governo Federal com os governos Estaduais. Assim sendo, no ano de 1900, 74 mandatos de deputados não foram reconhecidos.<sup>13</sup>

Tendo o parlamentar mais velho o direito de organizar os trabalhos da casa, fica o exercício do poder, também na câmara, nas mãos de uma elite conservadora que ao reformular o regimento tem por finalidade preparar o meio prático de encaminhar as diferentes soluções que as anunciadas exigências da verificação de poderes da futura câmara tinham imposto aos políticos. Assim a Câmara os afinaria com o Presidente que entrou neste acordo.<sup>14</sup>

No parecer de um dos parlamentares da época, a combinação entre a vontade do presidente e os relatos da Câmara, já faziam parte de uma estratégia do presidente “*de fazer toda a sua política com os governadores e presidentes dos Estados, outorgando a estes a aos amigos locais todos os favores e meios que os partidos auferem quando se acham em posse do poder.*”<sup>15</sup> Com o poder para governar, tendo o parlamento em suas mãos, Campos Sales tem no Estado de sítio um instrumento valioso e que frequentemente era utilizado.

A política dos governadores, efetiva a troca de favores entre a Presidência e os governadores Estaduais, teve a finalidade de neutralizar ainda mais as forças oposicionistas no Congresso. Em seu livro *Da Propaganda à Presidência* C. Sales (1908) diz encontrar “*no Brasil somente frações do Partido Republicano Federal, não propriamente um partido político, mas apenas uma grande agregação de elementos antagônicos.*”

Tal política se complementar, no famoso binômio do Café com Leite, que será uma alternância na governabilidade do país entre Minas Gerais e São Paulo. Serão eleitos presidentes da República neste período: Rodrigues Alves, Afonso Pena e Nilo Peçanha. Para o mandato seguinte fora escolhido o ministro da guerra, o então Mal. Hermes da Fonseca. Um fator preponderante de suas ações foi a troca dos governadores estaduais

---

<sup>13</sup> A maior *degola* no governo de Campos Sales foi a de 1912, em que mais de 91 mandatos parlamentares não foram reconhecidos. Foi mais de 40% do parlamento não legitimado. (PILETTI, Nelson & ARRUDA, José. Toda a História. Ed. Ática).

<sup>14</sup> Anais da Câmara, sessão 20.10.1898 p.489.

<sup>15</sup> *Idem*. P.489

gerando uma situação de crise ainda maior, pois desmontara o acordo feito outrora de partilhar, com as oligarquias estaduais, o controle político do Brasil.

Cada oligarquia estadual controlava seu *curral* eleitoral e prestava contas à presidência. Entretanto essa, não se oporia aos desmandos e caprichos do coronelismo presente nas diversas regiões do país. Onde havia mais de uma oligarquia, o governo apoiava aquela que lhe era mais coerente e propícia. Por isso, ao substituir os governadores, Hermes da Fonseca gerou uma instabilidade enorme, em sua governabilidade e nos Estados. Contudo, na eleição seguinte foi eleito o presidente Venceslau Brás que coincidiu com o início e fim da Primeira Guerra. Posteriormente, teremos o governo de Rodrigues Alves, Delfim Moreira e Epitácio Pessoa.

Na primeira eleição da década de vinte o presidente eleito foi Artur Bernardes, que contou com muitos movimentos contrários, inclusive do próprio exército que queria a volta de Hermes. Ao final do governo de Bernardes eclodiu uma imensa guerra civil no RS, com o objetivo de finalizar as sucessivas reeleições no Estado com o governante Borges de Medeiros que, desde o início do século, não saía do controle do governo. Ao final de 1926 o governo federal interveio e fez-se uma reforma na constituição, afim de que o RS passasse a adotar uma estrutura governamental idêntica a estrutura federal, com a substituição de poderes garantida.<sup>16</sup>

#### **4. Getúlio Vargas e o Castilhismo**

A vertente do Castilhismo continuou forte no Brasil, e com ela as heranças do positivismo. O maior representante será Vargas e Não se pode falar nele, sem citarmos esta importante vertente de ação, que vigorou por muitos anos no Rio Grande do Sul, formando toda uma geração de lideranças.

---

<sup>16</sup> A década de vinte também foi um período de intensos conflitos ideológicos e de contestação perante a República do Café com Leite. Após o governo de Artur Bernardes, um membro do Partido Republicano Mineiro, seguiu-se Washington Luís, do Partido Republicano Paulista, que governou o Brasil de 1926 a 1930. Entretanto, seguindo a tradição, o próximo governador deveria ser um mineiro, mas Washington Luís impôs Júlio Prestes, também do Partido Republicano Paulista. (PILETTI, Nelson & ARRUDA, José. Toda a História. Ed. Ática)

A idéia de Julio de Castilhos foi adaptar o positivismo, para a realidade nacional, em especial porque o mesmo participou da constituinte de 1891. Entretanto, suas idéias não foram acatadas, resolvendo apostar suas intenções no RS. Por lá, fez a constituição estadual, adequando-a aos parâmetros do positivismo, já que sua ação não era uma representação mecânica dos ideais comteanos.

Para Castilhos o bem público ultrapassava os limites dos interesses materiais dos indivíduos para tornar-se individual e espiritual. O bem público se dá na sociedade moralizada, pelo Estado forte, que impõe o discernimento individual em benefício do bem-estar da coletividade. Vélez (2000) nos adverte que Castilhos entendia estar se devotando a uma causa maior e não no exercício de uma ditadura em benefício próprio.

Assim, pode-se entender que no RS, houve a experiência de estruturação de uma república positivista, ao longo de toda a república velha, que se perpetrou no governo de Borges de Medeiros possuindo como característica básica de ação a pureza das intenções: “O bem público interpretado como reino das virtudes e o exercício da tutela moralizadora do Estado sobre a sociedade”.

Segundo Antônio Paim, ao estabelecer como ponto de partida, que a racionalidade da sociedade encarna-se não como projeção da razão individual, nos moldes do liberalismo, o castilhismo nada mais fazia do que situar-se do lado das múltiplas reações conservadoras. Assim, o Castilhismo se fundamentou como uma forma de governo, que se propunha a levar, com um governo centralizado e forte, a um desenvolvimento progressista.

A primeira tentativa de repassar esta prática Castilhista, do âmbito regional para o nacional, foi com Pinheiro Machado, entretanto, o mesmo não obteve êxito. Essa ocorreu com Vargas que foi criado e teve seu desenvolvimento nesta doutrina.

Vargas formou seu espírito na república positivista Rio Grandense. Ao chegar ao Rio, para o exercício de seu mandato legislativo, encontrava-se enquadrado no jargão positivista de sua terra natal. Ele reconhece ser o regime Rio Grandense centralizador e rigorosamente alicerçado nem executivo forte, mas que, no entanto, era a expressão de uma ciência social.

Vargas, ao passar pelo parlamento terá uma visão na só dos problemas do Rio Grande do Sul, mas do contexto nacional, principalmente, quando toma contato com as

obras de Oliveira Viana. Esta visão lhe permitirá articular meios de entendimento para as soluções dos problemas nacionais. Em muitos pronunciamentos, a visão de Vargas, sobre as políticas de pequenos estados – pequenos centros governamentais – tais como os Estados na federação, seria uma boa forma de governabilidade. Entretanto, quando será projetado no cenário nacional, percebe-se que Vargas era mais teórico neste aspecto, que realmente professo de tal ideal.

No cenário nacional foi desfeita a aliança entre Paulistas e Mineiros. As oligarquias decadentes foram buscar apoio no governo gaúcho formulando a Revolução de 30. Os gaúchos tomaram força com Getúlio e iniciaram um movimento revolucionário a 3 de outubro de 1930. Washington Luis foi deposto e Júlio Prestes impedido de ser empossado. Um mês depois, entregaram-lhe o governo do país. A Revolução saiu vitoriosa e Getúlio o novo presidente, dando início a um novo período na História Nacional, que ficou conhecido como a Era Vargas, com fortes características castilhistas e populistas.

A ideologia de Estado, ajustado ao modelo dos críticos da Primeira República e aos ideólogos autoritários da revolução de 30, pode ser vista como uma construção intelectual que sintetiza e dá direção prática a um clima de idéias e de aspirações políticas de grande relevância nas últimas décadas do século XIX e na primeira metade do XX. Condensa toda reação filosófica ao iluminismo e ao utilitarismo. (...) É a constituição de uma visão de mundo político na qual são afugentadas todas as representações conducentes à noção de um mercado político exorcizado em proveito das representações fundadas no princípio da autoridade e em supostos consensos valorativos.<sup>17</sup>

## 5. Considerações finais

Todo o processo de instalação da República, no Brasil, bem como sua fundamentação e consolidação, se mostraram instáveis a ponto de colocarmos a integridade do país e das instituições republicanas em risco. Muitos interesses e orientações políticas estiveram presentes neste cenário. Oligarquias, grupos decadentes, forças internacionais, conjunturas de mercado, a primeira grande guerra, e a grande depressão foram os amalgamas desta construção.

---

<sup>17</sup> FAUSTO, Boris. História Geral e da Civilização Brasileira. Vol 9. p.385

Pensar a construção do Brasil, é também levar em conta as forças políticas que agiram, contando com o positivismo, o castilhismo, o liberalismo, o conservadorismo e até o ponto getulista do populismo, onde várias filosofias políticas se encontraram.

Analisar as bases do Brasil de hoje, é retomar estes 120 anos de República e perceber que ainda carecemos de uma identidade e de bases para que possamos proceder e levar a nossa governabilidade avante. É definir um rumo “da coisa pública” para o bem do público e não a certos interesses específicos de alguns grupos, ou partidos. Vivia-se na tutela de *patriarcas* e lutamos para que não sejam mais necessários, para que nossos dirigentes governem para o bem da coletividade.

Este trabalho enfoca a diversidade constitutiva do Brasil e a *importância* de instituições como o exército e o legislativo, bem como dos ditames do café e da incipiente industrialização que o país passava. É a retomada de um processo do qual, hoje ainda, somos signatários. É a primeira etapa da história republicana, do Brasil.

#### **Referências:**

COTRIM, Gilberto. *História Global – Brasil e Geral* – 8ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6ª Ed. São Paulo: EDUSP, 1999.

LIMA, Luiz Costa. *Euclides da Cunha: contrastes e confrontos do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto: PETROBRAS, 2000. 60p

RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata Galegos: Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1989.

TREVISAN, Leonardo. *O que todo cidadão precisa saber sobre instituição militar e o Estado Brasileiro* – São Paulo: Global, 1987.

VÉLEZ, Ricardo. *Castilhismo: uma Filosofia da República*. BSB: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. 294p.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História para o Ensino Médio*. São Paulo: Scipione, 2001.

Data de registro: 22 de março de 2009

Data de aceite: 29 de maio de 2009